

RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.712 - MG (2019/0034747-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
RECORRIDO : **IGOR FERREIRA GUIMARAES**
ADVOGADOS : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
JEFFERSON RODRIGUES FARIA - MG117751

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local.

Extrai-se dos autos que o réu, em primeiro grau de jurisdição, foi condenado pela prática, em concurso material, dos delitos tipificados nos arts. 157, § 2º, II e 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo os fatos relatados na sentença, "*o DENUNCIADO, o adolescente C[...] H[...] C[...] R[...] e outros dois indivíduos ainda não identificados, com unidade de desígnios, subtraíram quantia em dinheiro e um celular, da vítima Nayara Rodrigues de Lima, mediante grave ameaça*" (e-STJ fl. 244).

A pena total foi fixada em 6 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, mais o pagamento de 13 dias-multa.

A defesa apelou. A 3ª Câmara Criminal do Tribunal *a quo*, deu parcial provimento ao recurso para absolver o réu quanto ao crime de corrupção de menor.

A pena foi redimensionada para 5 anos e 4 meses de reclusão, mais 13 dias-multa.

O acórdão recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 352):

APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO QUALIFICADO -
ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - AUTORIA E
MATERIALIDADE COMPROVADAS - SUFICIÊNCIA
PROBATÓRIA - RES APREENDIDA NA POSSE DO RÉU -
CORRUPÇÃO DE MENORES - DELITO NÃO
CARACTERIZADO - INSUFICIÊNCIA DE PROVA DA

MENORIDADE.

Restando devidamente comprovadas a autoria e a materialidade delitiva do crime de roubo, em especial pelas palavras da vítima, não há que se falar em absolvição por ausência de provas. Sendo a res furtiva apreendida em poder do réu, a circunstância gera a presunção de responsabilidade, cabendo ao agente o ônus da prova. Inexistindo nos autos prova indubitosa de que o outro envolvido no crime era mesmo inimputável, pois ausente Certidão de Nascimento ou qualquer documentação hábil, imperiosa a absolvição do acusado do delito de corrupção de menores.

V.V.

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - CORRUPÇÃO DE MENOR - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE. Existindo nos autos documento hábil, dotado de fé pública, capaz de comprovar a menoridade do adolescente, não há que se falar em ausência de prova da menoridade.

Os embargos de declaração opostos pelo Ministério Público foram rejeitados (e-STJ fls. 369/380 e 387/390).

No presente recurso especial o recorrente aponta a violação do art. 155, parágrafo único, do Código de Processo Penal e art. 244-B da Lei n. 8.069/1990.

Afirma, em suma, que "*o auto de prisão em flagrante delito e o Boletim de Ocorrência são suficientes para a prova da inimputabilidade do adolescente envolvido na empreitada criminosa*" (e-STJ fl. 400).

Diante dessas considerações, pede a condenação do recorrido pelo prática do delito descrito no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990.

Nas contrarrazões às e-STJ fls. 459/465, o recorrido sustenta a necessidade de reexame probatório e a ausência de certidão comprobatória da idade do adolescente.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (e-STJ fls. 438/441).

É o relatório.

Decido.

Em relação à comprovação da idade do acusado apontado como adolescente, verifico que a conclusão do Magistrado, na sentença, decorreu da análise do **auto de prisão em flagrante delito** e do **auto de apreensão em flagrante de ato infracional** (e-STJ fl. 249). Na segunda instância, o Desembargador vogal concluiu consoante os seguintes fundamentos (e-STJ fl. 363):

In casu, consoante se vê à f. 12, ao ser ouvido perante a autoridade policial, **o adolescente, estando acompanhado da sua genitora, informou sua data de nascimento e o número de sua carteira de identidade**. Do mesmo modo, **consta do boletim de ocorrência (f. 20v.) tais informações, razão pela qual não há que se falar em ausência de prova da sua menoridade**. (Grifei.)

De acordo com a jurisprudência firmada nesta Corte, tais documentos são dotados de fé pública, pois lavrados por autoridade policial e assinados pelo genitor do menor, sendo, portanto, hábil à comprovação da idade daquele envolvido na prática criminosa.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. COMPROVAÇÃO DA MENORIDADE. DOCUMENTO DO REGISTRO CIVIL. INEXIGIBILIDADE. DEMONSTRAÇÃO POR OUTROS DOCUMENTOS IDÔNEOS E DOTADOS DE FÉ PÚBLICA. 1. É assente neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que é inexigível a apresentação de documento de registro civil como prova da idade do menor envolvido na prática do delito quando esta puder ser aferida por quaisquer outros documentos idôneos, também dotados de fé pública.

2. O auto de apreensão em flagrante de ato infracional e o boletim de ocorrência, que são documentos dotados de fé pública e fazem expressa referência à data de nascimento da menor, constituem meios idôneos para o reconhecimento da menoridade.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1.730.655/MG, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 24/4/2018, DJe 11/5/2018, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO DE MENORES. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. COMPROVAÇÃO DE IDADE DA VÍTIMA. DOCUMENTOS APTOS.

PRECEDENTES. INEVIDÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. PONTO DO DECISUM SEM IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA.

1. Esta Corte Superior tem reiteradamente decidido que a certidão de nascimento não é o único documento válido para fins de comprovação da menoridade, sendo apto a demonstrá-la o documento firmado por agente público atestando a idade do inimputável, como a declaração perante a autoridade policial. Precedentes.
2. Na espécie, as provas colhidas no curso da instrução criminal comprovam a menoridade dos adolescentes, notadamente, por meio do **Boletim de Ocorrência**.
3. Infirmar a conclusão a que chegou a instância ordinária [...].
4. Agravo regimental não conhecido. (AgRg no HC 387.987/MG, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/3/2017, DJe 23/3/2017, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES. PROVA DA MENORIDADE DA VÍTIMA. AUTO DE APREENSÃO EM FLAGRANTE DE ATO INFRACIONAL. DOCUMENTAÇÃO HÁBIL À COMPROVAÇÃO. PRECEDENTES. SÚMULA N. 74/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A teor da jurisprudência consolidada no STJ, a comprovação da menoridade da vítima do crime previsto no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990 exige documento hábil. Súmula n. 74 do STJ (AgRg no REsp 1.680.683/MG, QUINTA TURMA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, DJe 14/11/2017).
2. **O auto de apreensão em flagrante de ato infracional e o boletim de ocorrência são documentos dotados de fé pública e aptos a comprovar a menoridade do adolescente envolvido no crime praticado pelo ora agravante.**

Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1.740.510/MG, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/9/2018, DJe 3/10/2018, grifei.)

Diante disso, merece prosperar a irresignação recursal, motivo pelo qual determino a reforma do acórdão e o restabelecimento, *in totum*, da condenação imposta pelo Magistrado de primeiro grau (e-STJ fls. 244/252).

Ante o exposto, **dou provimento** ao recurso especial para restabelecer a sentença condenatória (e-STJ fls. 244/252).

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator